



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

Matéria: Veto Parcial nº 42/2024

Oriundo da Mensagem Governamental nº 68/2024 ao Projeto de Lei nº 43/2024

Proponente: Poder Executivo

Relator: Deputado Sinésio Campos

Veto Parcial nº 42/2024, oriundo da Mensagem Governamental nº 68/2024, apostado ao Projeto de Lei nº 43/2024, de autoria do deputado estadual Thiago Abrahim, que “Dispõe sobre as diretrizes para a Política Estadual de Apoio à Reconversão da Citricultura.”.

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão Especial supramencionada, o Veto Parcial nº 42/2024, oriundo da Mensagem Governamental nº 68/2024, apostado ao Projeto de Lei nº 43/2024, de autoria do deputado estadual Thiago Abrahim, que “Dispõe sobre as diretrizes para a Política Estadual de Apoio à Reconversão da Citricultura.”.

Através da Mensagem Governamental nº 68/2024, o Senhor Governador do Estado, usando de prerrogativa que lhe confere o art. 36. § 1º da Constituição Estadual, comunica a Assembleia Legislativa a decisão pela aposição de Veto Parcial incidente sobre o Projeto de Lei nº 43/2024.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão Especial composta pelos Deputados: Sinésio Campos (Relator), Joana Darc, Mayra Dias, Felipe Souza e Mário César Filho, para examinar e emitir parecer sobre o Veto Total, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 51, alínea “b”, do Regimento Interno.

Submetendo, pois os motivos de Veto Parcial à apreciação dessa Casa Legislativa.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

É altamente compreensível e respeitável a preocupação do presente Projeto de Lei ora analisado, se refere ao cultivo ou plantação de frutas cítricas, segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a citricultura é uma das atividades agrícolas de maior relevância no mundo, destacando-se entre as espécies frutíferas, como a mais importante, tendo superado as culturas da banana, uva e maçã.

Em 2008, o Amazonas passou a fazer parte de um sistema de cultivo denominado Produção Integrada (PI) de Citrus, uma iniciativa da Unidade Mandioca Fruticultura da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que trouxe para o Estado o projeto Desenvolvimento da Citricultura e Implantação do modelo de Produção Integrada no Estado do Amazonas, fomentado pelo Governo do Estado, via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO ESPECIAL

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM oferece linha de crédito que opera com recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES (AFEAM AGRO, incluída no Programa +Crédito Amazonas), atendendo aos interesses dos citricultores de forma mais vantajosa do que a prevista na proposição em exame, de modo que se mostra desnecessária, prejudicial e, portanto, contrária ao interesse público, à previsão contida no artigo 4.º do Projeto de Lei, assim vejamos:

Art. 4º Na implementação da Política de que trata esta Lei, compete aos órgãos competentes:

I – prover os recursos necessários à concessão de financiamento no âmbito do crédito rural; à garantia e sustentação de preços; à prestação de assistência técnica e extensão rural; à intensificação dos esforços de pesquisa; e à realização de cursos destinados à capacitação técnica e gerencial do produtor rural;

II – firmar parcerias com entidades públicas e privadas no sentido da otimização dos esforços de ensino, pesquisa e assistência técnica e de capacitação técnica e gerencial do produtor;

§1º Os financiamentos de que trata o inciso I deste artigo observarão os seguintes limites:

a) juros: taxa efetiva não superior a 5% (cinco por cento) ao ano, no caso de custeio agrícola ou comercialização, e a 7% (sete por cento) ao ano, no caso de operações de investimento;

b) prazo: de até 1 (um) ano, no caso de custeio agrícola ou comercialização, e de até 15 (quinze) anos, com até 3 (três) anos de carência, no caso de operações de investimento.

§2º Nas operações de investimento rural de que trata este artigo incluem-se as intervenções destinadas à erradicação dos pomares a serem reconvertidos.

A Lei nº 2.826 de 29/09/2023, que disciplina a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado, define na Seção II, Artigo 35º, que o FMPES obedecerá, entre outras, as seguintes diretrizes na formulação de seus programas de financiamento.

Sem prejuízo do reconhecimento da nobre intenção do legislador ao propor a matéria, convém registrar que o Projeto de Lei revela-se inconstitucional por vício de iniciativa, por infringência aos artigos 61, §1.º, “b” da Constituição Federal 1988 e 33, § 1.º, II, “b”, e “c” da Constituição Estadual, à medida que atribui ônus ao orçamento estadual.

Em face do exposto, consideramos a proposição materialmente inconstitucional, vislumbrando assim a impossibilidade pretendida, incidente ao art. 4º do Projeto de Lei 43/2024.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto, nosso voto é **FAVORÁVEL AO VETO PARCIAL** nº42/2024 incidente ao artigo 4º, do Projeto de Lei nº 43/2024 de autoria do deputado Thiago Abraham, oriundo da Mensagem Governamental nº68/2024.

É o nosso parecer.

S.R. DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 dias do mês de agosto de 2024.

Deputado SINÉSIO CAMPOS

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MARIO CESAR RODRIGUES BALDUINO - DEPUTADO(A) - EM 02/09/2024 10:40:48
MAYRA BENITA ALVES DIAS GARCIA - DEPUTADO(A) - EM 02/09/2024 10:08:00
LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - DEPUTADO(A) - EM 02/09/2024 09:57:30

